



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARCELA DOS SANTOS SILVA

**AS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES QUE SE OPUSERAM A DITADURA CIVIL-
MILITAR: MILITÂNCIAS, PRISÕES E TORTURAS (1961-1974)**

Brasília

2020

MARCELA DOS SANTOS SILVA

**AS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES QUE SE OPUSERAM A DITADURA CIVIL-
MILITAR: PRISÕES, MILITÂNCIAS E TORTURAS (1961-1974)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da Universidade de Brasília como requisito à obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres

Brasília

2020

MARCELA DOS SANTOS SILVA

**AS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES QUE SE OPUSERAM A DITADURA CIVIL-
MILITAR: PRISÕES, MILITÂNCIAS E TORTURAS (1961-1974)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da Universidade de Brasília - UNB como requisito principal para à obtenção do título de Licenciado em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres Professor (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Eloísa Pereira Barroso

Ma. Paula Franco

Brasília, 13 de fevereiro de 2020

À Marina Ferreira da Silva e Rosa Cimiana
dos Santos

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha avó Marina, que me ensinou que ser mulher tem a ver acima de tudo com coragem e altivez, mesmo nos momentos mais adversos.

À minha mãe Rosa por sempre me incentivar e me inspirar todos os dias a ser uma pessoa com consciência política e empatia, e sem dúvidas por todo o afeto e investimentos que realizou em prol da minha criação.

Aos meus avós Yara e Ricardo e a minha madrinha Katia, por me ensinar que consideração e afeto podem se sobrepor a laços consanguíneos.

Ao meu noivo Jeferson, por sempre acreditar em meu potencial, pelo encorajamento, dedicação e amor que vêm me dedicando ao longo de três anos.

À minha tia Lucy, ao tio Beto e ao meu irmão André por sempre colaborarem de diversas maneiras com a minha criação.

Aos amigos que fiz durante a graduação, Heloísa, Sabrina, Melinna, Petterson, Karin e Juliana, pessoas incríveis que ajudaram a aliviar dias de tensão e ansiedade em relação ao futuro com muitas conversas, companheirismo e em certas ocasiões, com cerveja, mas que também foram atenciosos nos dias ruins.

Ao professor Mateus Gamba por me orientar com tanta paciência, compreensão e respeito a minha autonomia.

Aos meus bichos de estimação, Nina e Chico, responsáveis por manter saudáveis meu humor e minha saúde mental.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os processos de anistia de Lenira Machado, Inês Etienne e Soledad Barret, presas e torturadas durante a ditadura civil-militar, entre 1971 a 1974, em contexto de pós Ato Institucional nº 5, no decorrer do Governo Médici (1969-1974). Tal estudo será realizado a partir de perspectiva de gênero, procurando compreender a atuação política das mulheres citadas, em contextos anteriores e posteriores ao Golpe de 64 e os obstáculos presentes nas organizações de esquerda ligadas a luta armada para a realizações dessas atuações políticas. A pesquisa se dedicará a abordar as torturas físicas e psicológicas praticadas contra as três mulheres perpetradas pelo Estado repressivo, que lançou mão da maternidade, da violência sexual e do desaparecimento contra as opositoras políticas.

Palavras chave: Luta Armada, Ditadura civil-militar, História da Mulheres, Tortura, Processos de anistia.

ABSTRACT

This research will be dedicated to remarking the amnesty processes of Lenira Machado, Inês Etienne and Soledad Barret, arrested and tortured during the civil-military dictatorship, between 1971 and 1974, in the context of post Institutional Act No. 5, during the Médici Government (1969-1974). Such study will be carried out from a gender perspective, seeking to understand the political performance of the women mentioned, in contexts before and after the 1964 Coup and the present obstacles in the left organizations linked to the armed struggle to carry out these political actions. The research will be dedicated to addressing the physical and psychological tortures practiced against the three women perpetrated by the repressive state, which resorted to motherhood, sexual violence and disappearance against opponents.

Keywords: armed struggle, civil-military dictatorship, women's history, torture, amnesty processes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1- DA DITADURA CIVIL-MILITAR ÀS MILITÂNCIAS DE MULHERES	12
1.1 O conceito de ditadura civil-militar	12
1.2 Anistia Política: reparação e silêncios	12
1.3 Gênero como questão acadêmica	13
1.4 Ato Institucional nº 5: contextos e pretextos.....	14
1.5 Historiografia: ausentes nas documentações, presentes na luta.....	15
1.6- Militâncias: antes e após o golpe	20
CAPÍTULO 2 – PROCESSOS E TORTURA	29
2. 1 Tortura como política de Estado.....	29
2.2 Lenira Machado: mãe e marxista	30
2.3 Inês Etienne: o confronto com a morte.....	34
2.3 Soledad Barret: a impossibilidade do luto	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa realizarei a análise dos processos de anistia de três mulheres, Lenira, Inês e Soledad, militantes presas por órgãos dos governos repressivos que se revezaram no poder no contexto do pós-golpe de 1964 no Brasil, dando origem a ditadura civil-militar que se estendeu até 1985.

Os processos se originam de requerimentos de anistia realizados por indivíduos que foram prejudicados pelos governos repressivos, como por exemplo, pessoas que eram estudantes a época e foram jubiladas por se manifestarem contra o governo, que foram presas e torturadas, que perderam o vínculo laboral (Lei nº 10.559/2002) e para os familiares de mortos e desaparecidos políticos (Lei nº 9.140/1995). Os requerimentos são julgados e após o julgamento, são concedidas ou não, reparações econômicas (RODEGHERO, 2014).

Os processos averiguados foram obtidos por meio de endereço de e-mail que consta no site do Ministério da Justiça¹, foi preciso enviar para tal correio eletrônico anexos de fotos da minha carteira de identidade e termo de responsabilidade de acesso ao acervo assinado, onde me comprometi a utilizar as documentações obtidas somente para fins acadêmicos.

Citei no documento de acesso ao acervo os nomes de cerca de 30 mulheres, esses nomes foram obtidos por meio da leitura do livro *Luta: substantivo feminino* (MERLINDO; OJEDA, 2010).

Recebidos os 30 processos de anistia mencionados, realizei a leitura de todos para escolher dentre eles, três que se encaixassem melhor na proposta de pesquisa e assim cheguei a escolha de Lenira, Inês e Soledad, que foram presas ou sequestradas pelos órgãos repressivos entre 1971 e 1974, período de pós Ato Institucional nº 5, em contexto do Governo Médici (1969-1974).

A opção por mulheres que fizeram parte de organizações de luta armada deu-se em virtude de que a maior parte das mesmas se dirigiram para esses grupos, em detrimento de agremiações de esquerda clássica como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo (RIDENTI, 1990).

O contato com a temática da ditadura civil-militar é anterior a minha graduação em História, haja vista que o meu avô foi preso político e banido do Brasil durante a ditadura, fugiu do quartel em Santa Maria (RS) após ser liberado por indulto de natal e passou a viver e na clandestinidade junto com a família. Dessa forma questões relacionadas a experiências vivenciadas pelos meus familiares em contexto de golpe, são lembradas cotidianamente.

¹ O site a que me refiro é: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/consulte-o-seu-processo>

Posteriormente, durante a minha graduação, fui me interessando por temáticas relativas a questões de gênero e feminismos, o que fez com que eu me matriculasse na disciplina de História e historiografia das mulheres.

Na disciplina de Metodologia da História a avaliação consistia em que os alunos realizassem projetos de pesquisa, e nesse momento resolvi unir os temas que mais me causavam interesse, assim surgiu a proposta de analisar as torturas dirigidas especificamente às mulheres na ditadura civil-militar.

Nesse sentido os objetivos da pesquisa são: explorar as militâncias políticas das mulheres, compreendendo como essas atuações são iniciadas, os obstáculos que essas enfrentavam em decorrência do machismo existente nas organizações de esquerda e os papéis que desempenhavam nos grupos de luta armada; além disso nos é interessante compreender como eram torturadas pelos órgãos de repressão e como elas mesmas avaliam essas experiências de sofrimento intenso.

Ao concluir a pesquisa pretendo responder de forma satisfatória as seguintes perguntas que foram suscitadas pela leitura das fontes e da bibliografia: por que as mulheres eram tão rigorosamente torturadas se havia certa descrença por parte dos militares quanto a atuação política das mesmas (RIDENTI, 1990; COLLING, 1997)? Quais os mecanismos utilizados para promover sofrimento físico e psicológico?

Questões relacionadas aos maus tratos dirigidos especificamente para as militantes que foram encarceradas por órgãos repressivos ou em prisões clandestinas, foram tratadas brevemente no projeto *Brasil: Nunca Mais*, publicado logo após o fim da ditadura civil-militar, em 1985 (BRASIL, 1985).

No caso deste trabalho de pesquisa serão feitas análises a partir do gênero, que são sistematizações de papéis sociais e culturais definidos a partir do sexo biológico dos indivíduos (RAGO, 2000), compreendendo que as mulheres que militaram em organizações de guerrilha urbana romperam papéis de gênero historicamente estabelecidos ocupando espaços da esfera política que estavam reservados aos homens (COLLING, 1997).

As organizações de esquerda se apresentam como dupla frente de luta para as militantes, visto que ainda que esses mesmos grupos questionassem o status quo da época, não possuíam em seus escopos os debates acerca das adversidades enfrentadas por mulheres, pelo contrário, a discussão de tais assuntos era taxada como divisionismo (RIDENTI, 1990; COLLING, 1997).

A tortura será abordada como instrumento de dominação do governo (COELHO, 2010) e como processo que causa conflitos entre o corpo e a mente de quem vítima (JOFFILY, 2008).

Para melhor compreensão da violência sexual praticada contra Inês, utilizei as interpretações de Rita Segato, em que o estupro configura-se como ato simbólico de assinatura

de poder local que controla pessoas e recursos do território que domina, e por meio da violência reforça redes de lealdade (SEGATO, 2005).

Os casos também receberam enfoque baseados nas teses apresentadas por Hannah Arendt, em *Origens do totalitarismo*, em que ela discorre dentre outras coisas, sobre a morte da pessoa jurídica, morte da pessoa moral e a morte da individualidade de indivíduos que foram submetidos ao domínio totalitário (ARENDR, 1989).

A monografia foi dividida em dois capítulos. No primeiro serão abordados assuntos referentes a anistia política de 1979, a definição do que é gênero e partir de que momento os estudos de gênero passaram a transitar na academia; o afunilamento da violência no pós AI-5 e os pretextos usados pelos militares para a decretação do ato; em seguida serão abordadas obras que tratam de temática de mulheres militantes, explorando sobre a percepção tanto dos militares quanto dos militantes homens sobre a atuação política das mulheres que desempenhavam oposição à ditadura; e para finalizar o primeiro capítulo abordo as militâncias das três mulheres, identificando o momento em que passaram a atuar politicamente, em quais organizações estavam inseridas e as atividades que desempenhavam nesses grupos.

No segundo capítulo discorro inicialmente sobre como eram as prisões/sequestros efetuadas pelos órgãos dos governos autoritários, havendo conceitualização da tortura e as regras de segurança que os militares responsáveis pelas sevícias deveriam seguir para perpetuar a impunidade sobre os atos que realizavam.

Ainda no segundo capítulo passo a abordar torturas específicas que foram direcionadas às três mulheres pesquisadas. A começar por Lenira, presa em duas ocasiões uma em 1971 e outra em 1974 em São Paulo, e do processo de destituição de pátrio poder que resultou na perda da guarda do filho Aritanã; em seguida abordo a prisão e tortura de Inês, que foi presa em São Paulo e posteriormente foi transferida para casa clandestina de tortura em Petrópolis, a Casa da Morte, analisando principalmente as violências sexuais pelas quais a ativista passou; e por fim trato sobre os transtornos causados em Ñasaindy, filha de Soledad, em decorrência do desaparecimento da última.

CAPÍTULO 1- DA DITADURA CIVIL-MILITAR ÀS MILITÂNCIAS DE MULHERES

1.1 O conceito de ditadura civil-militar

Os processos de anistia nos quais me detive para a presente pesquisa, são de três mulheres, Lenira Machado, Inês Etienne e Soledad Barrett Viedma que militaram em organizações de guerrilha urbana durante o período da repressão – iniciada com a deposição de João Goulart com o golpe de 1964, estendendo-se até 1985 com abertura política gradual – sendo perseguidas e presas pelos órgãos da ditadura civil-militar.

Designei a ditadura enquanto civil-militar por concordar com a análise de Daniel Aarão de que setores da sociedade não só ofereceram apoio a ditadura, como também se beneficiaram com a política do período. A anuência da sociedade à ditadura pode ser exemplificada com as Marchas da Família com Deus pela Liberdade (REIS, 2000).

No entanto também é preciso atentar-se para a crítica de Demian Bezerra de Melo, que aponta que podemos incorrer em reducionismo ao separar a sociedade entre civis e militares, tal como se configura a visão corporativa das Forças Armadas. Para além de citar o apoio civil, o historiador ressalta que é necessário mapear a classe social a qual pertenciam os apoiadores da ditadura civil-militar (MELO, 1999).

1.2 Anistia Política: reparação e silêncios

Desde o princípio do golpe de 1964 alguns congressistas e setores da imprensa falavam na possibilidade de anistiar aqueles que passaram a ser perseguidos pelos militares (RODEGHERO, 2014).

Todavia no início do período de repressão a anistia não foi possível, tendo em vista que os governos não estavam interessados em manter qualquer tipo de aproximação com a oposição. Os cassados, com a perda dos direitos políticos, exilaram-se no Uruguai em sua maioria, e passaram a pensar em retornar ao Brasil, e em seguida derrubar a ditadura recém-instalada, dessa forma, pedir anistia simbolizava legitimar a ditadura civil-militar. O Ato Institucional nº 5 em 1968 lançado durante o governo de Costa e Silva, representou o fechamento político da repressão, o que mais uma vez adiou a anistia (RODEGHERO, 2014).

Com o governo de distensão política de Geisel, algumas mulheres perceberam a oportunidade de promover a anistia política a partir de 1975, organizando-se no denominado Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), fundado pela advogada Therezinha Zerbine em São

Paulo. O MFPA passou a defender a anistia ampla geral e irrestrita para os que a época foram atingidos pelos atos de exceção (RODEGHERO, 2014).

De 1975 a 1977 o MFPA buscou apoio junto aos parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), setores da igreja católica, do movimento estudantil e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O aparato repressivo continuava em pleno funcionamento, inclusive o lançamento do Pacote de Abril em 1977, fechando novamente o Congresso, simbolizava que de fato a abertura ocorria a passos bastante lentos (RODEGHERO, 2014).

Em 1978 foram criados os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), que mantinham relações conflituosas com o MFPA, tendo em vista que enquanto o segundo demonstrava-se mais conciliador, os CBAs demandavam punição aos agentes da repressão e esclarecimentos quanto aos mortos e desaparecidos (RODEGHERO, 2014).

A partir de 1978 falava-se em anistia parcial, excluindo presos e exilados considerados terroristas e incluindo agentes da repressão (RODEGHERO, 2014).

Dessa forma o projeto de lei apresentado pelo governo para o Congresso Nacional em 1979 reforçou lei de anistia parcial e recíproca, sendo derrotados na votação o projeto substitutivo do MDB e a quase totalidade de emendas apresentadas pela oposição (RODEGHERO, 2014).

Daniel Aarão considera que anistia aprovada em 1979, ocorreu enquanto pacto da sociedade, ainda que não tenha havido unanimidade entre os envolvidos em tal pacto. Para o historiador a anistia promoveu silêncios em torno da tortura e dos torturadores, sobre o apoio da sociedade à ditadura e acerca das propostas revolucionárias das esquerdas (REIS, 2010).

Importante ressaltar que a lei de anistia de 1979 sofreu alterações, primeiramente com o pagamento de indenizações aos familiares de mortos e desaparecidos, com a Lei n. 9.140/95 e com a Lei 10.559/02, que, por sua vez, prevê o pagamento de indenizações aos perseguidos políticos (RODEGHERO, 2014).

1.3 Gênero como questão acadêmica

As problematizações acerca das experiências da diversidade de torturas pelas quais transcorreram as mulheres citadas serão abordadas enquanto questões de gênero, sendo o gênero as construções sociais e culturais dadas pelo sexo biológico (RAGO, 2000).

Os estudos das relações de gênero estão circunscritos a inclusão das mulheres nos discursos historiográficos a partir do século XX, em que ocorre crítica no interior da ciência histórica com a proposta de desconstrução da vida social, cultural e sexual. A entrada das

mulheres nas universidades é fator predominante para que sejamos incluídas nas mais diversas ciências, inclusive na História. A inclusão da mulher enquanto objeto de análise, está alinhado aos feminismos contemporâneos, os quais denunciam e criticam a dominação masculina e a criação e manutenção das desigualdades de gênero (MUNIZ, 2010).

1.4 Ato Institucional nº 5: contextos e pretextos

Lenira, Inês e Soledad também representam a violência do regime militar em contexto do pós-Ato Institucional nº 5, as três mulheres passam a ser perseguidas com mais vigor em contexto de vigência do AI-5.

Em *1968: o ano que não terminou*, Zuenir nos leva a leitura de que o AI-5 foi um produto da crise ocorrida com o primeiro governo militar, ou seja, o governo do Marechal Castelo Branco (VENTURA, 2013).

O rompimento com o nacional-estatismo, o alinhamento aos Estados Unidos, somado ao pouco fluxo de capitais internacionais, no mandato de Castelo Branco, ensejou atmosfera desfavorável ao governo, ainda que houvesse forte repressão aos movimentos sociais (REIS, 2000).

A crise se afunila no governo de Costa e Silva, primeiramente com a violência policial por parte das forças de repressão nas manifestações ocorridas em virtude do assassinato covarde do estudante Edson Luis, violência esta que não foi vista com bons olhos pela sociedade e pela imprensa (VENTURA, 2013).

Em outubro do mesmo ano o deputado Maurílio Ferreira Lima do MDB de Pernambuco denunciou o plano de oficiais da Aeronáutica para que a unidade de paraquedistas especializada em salvamentos na selva, o Para-Sar, realizasse sequestro de quarenta líderes políticos, para serem lançados de avião a quarenta quilômetros da costa do oceano. A operação também previa a explosão de gásômetro na Avenida Brasil em horário movimentado e destruição da represa de Ribeirão das Lajes. Os comunistas seriam responsabilizados pelos atentados, o que justificaria o endurecimento da ditadura (VENTURA, 2013).

Em 1968 ocorreu violenta invasão por forças repressivas à Universidade de Brasília, seguida de pronunciamento de Márcio Moreira Alves, em que chamou os militares de torturadores e convidou as moças a não se relacionarem com os mesmos (VENTURA, 2013).

A perda dos militares quanto a cassação de Márcio Alves – foram 216 votos contrários, 141 a favor e 12 em branco – serviu como pretexto para a decretação do AI-5 em 13 de

dezembro de 1968, iniciando-se com prisões e censura aos meios de comunicação (VENTURA, 2013).

O AI-5 também previa a suspensão do habeas corpus, o fechamento do Congresso Nacional e das Câmaras municipais e estaduais². Também previa que qualquer pessoa suspeita de praticar crimes contra a segurança nacional, poderia ser presa por até 60 dias e nesses 60 dias, dez poderiam ser de maneira incomunicável (COELHO, 2010).

1.5 Historiografia: ausentes nas documentações, presentes na luta

A História da ditadura civil-militar no que se refere às organizações de oposição ao regime privilegia principalmente as experiências masculinas, as mulheres militantes foram por muito tempo silenciadas, pois também sofreram apagamento nas documentações do período. (COLLING, 2015).

E ainda que exista uma vasta produção historiográfica acerca do período repressivo, outros temas foram mais evidenciados do que as questões de gênero:

Apesar disso, podemos observar o predomínio de determinados temas como o Golpe de 1964 (DREIFUSS, 1981; FICO, 2004; ZACHARIADHES, 2015; ALONSO; DOLHNIKOFF, 2015) a luta armada (JUNIOR, 2004; SALES, 2007; 2015) e a denominada resistência democrática (AQUINO, 1999; NAPOLITANO, 2011; RIDENTI, 2004;2014). (FREITAS, p. 67, 2016).

Esse predomínio de temas mais voltados para o entendimento do aspecto político da ditadura civil-militar, adicionado a dificuldade dos pesquisadores quanto às pesquisas em arquivos da repressão, em que, como Colling abordou, as mulheres são invisibilizadas, promoveu igualmente a ausência de olhar mais voltado para as militantes (COLLING, 1997).

Todavia mesmo antes de estudos mais profundos acerca da militância política de mulheres em organizações de oposição à ditadura civil-militar, o projeto *Brasil: Nunca Mais*, dedicou algumas páginas às experiências de mulheres nos cárceres da repressão.

O Projeto *Brasil: Nunca Mais*, em sua *1ª Parte – Castigo cruel, desumano e degradante*, utiliza trechos de depoimentos que constam na Justiça Militar para esclarecer no capítulo *Tortura em crianças, mulheres e gestantes*, que homens e mulheres eram torturados sem distinção, no

² BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020

sentido de que ambos eram submetidos a maus tratos. No entanto havia diferenciação na forma como se torturava as mulheres (BRASIL, 1985).

O *Brasil: Nunca Mais* sintetiza que a sexualidade feminina era o grande alvo dos torturadores, ocorrendo introdução de objetos em vaginas, mulheres obrigadas a desfilar diante de militares, violações com cassetete, fazer com que as presas escolhessem agentes dos órgãos de repressão para violentá-las, sendo elas obrigadas a praticar atos libidinosos com os militantes e nas grávidas provocava-se aborto por meio de torturas físicas ou psicológicas (BRASIL, 1985).

Em 1997 a historiadora Ana Maria Colling lançou a obra *Resistência da mulher à ditadura*, em que aborda o conceito de “puta comunista”. A autora observa nas documentações do período autoritário certas lacunas acerca das mulheres militantes de organizações de esquerda, necessitando dessa forma recorrer a História Oral para compreender melhor as experiências das últimas (COLLING, 1997).

No que se refere ao ativismo das militantes no interior das organizações que se dirigem a luta armada, Colling ressaltou que a priorização da luta de classes em detrimento de outras problematizações, como as questões de gênero, que inclusive foram consideradas divisionismos, gerou ambiente de poder para os homens e dupla frente de luta para as mulheres: combatiam a repressão e por vezes as desigualdades existentes entre homens e mulheres nos agrupamentos os quais integravam (COLLING, 1997).

Se o regime autoritário pensava a sociedade a partir da dicotomia situação *versus* oposição, as esquerdas percebiam essa mesma sociedade a partir da oposição entre burgueses e proletariados, o que auxiliava na obliteração dos considerados diferentes, dentre eles, as mulheres (COLLING, 1997).

Outro ponto que aponta para o desequilíbrio existente entre mulheres e homens nos grupos de luta armada foi ressaltado por Ridenti, este destaca que ainda que as mulheres tenham se dirigido em maior quantidade para as organizações de guerrilha em detrimento de partidos de esquerda clássica, e fossem em sua maioria mulheres intelectualizadas, quase nenhuma delas pertencia às lideranças dos grupos, ou seja, elas não tomavam as principais decisões (RIDENTI, 1990).

E mesmo quando chegavam a postos-chaves nas organizações de oposição à ditadura civil-militar, as dificuldades não diminuía, como relata Vera Silvia Magalhães – pertencente a DI-GB, que posteriormente tornou-se o MR-8 – apontando que ainda que fizesse parte de um grupo consideravelmente liberal em termos de costumes e pertencesse a direção da organização, experienciou diversas complexidades em comando composto somente por homens, foi inclusive

destituída da direção sob a argumentação de que seria instável emocionalmente, tais conclusões foram apontadas pelos homens com quem Vera namorou (RIDENTI, 1990).

Vera relata ainda que suas funções na DI-GB também refletiam o estereótipo em torno do sexo feminino, relata que encenava prostitutas para entrar em contato com os militares, seduzia homens, como gerentes de banco para que pudesse levantar informações e para que assim ocorressem as expropriações. Durante as ações ainda lhe era atribuído o pior revólver (RIDENTI, 1990).

Os grupos de luta armada tentavam escapar de elementos socialmente estabelecidos, tendo em vista que para além de empreenderem oposição ao governo ditatorial e mantivessem o desejo de derrubá-lo, também questionavam o status quo da época, havendo contestação da monogamia, do casamento, do tabu da virgindade e ao mesmo tempo acreditavam no discurso de total igualdade entre os sexos, mas a prática nem sempre acompanhava o discurso, como já foi assinalado nos parágrafos acima. (RIDENTI, 1990).

As inserções das mulheres nos agrupamentos de luta armada apesar de significar ruptura e subversão dos papéis de gênero assentados, não ocorreram a partir de uma perspectiva feminista, levando-se em consideração que a ditadura acabou por atravancar movimentos sociais diversos, ainda que as mulheres desafiassem inclusive os militantes homens na luta por espaço no interior das organizações, as militantes costumavam reproduzir valores da educação tradicional que a maioria delas havia recebido em casa. Todavia nesse contexto muitas ativistas começaram a questionar o machismo nas organizações de esquerda, após contato com os feminismos, por meio de experiências de exílio no exterior (RIDENTI, 1990).

A repressão, por sua vez, encarava as mulheres militantes não como mulheres de fato, haja vista que compreendiam as mulheres sob o prisma de sujeitos restritos apenas a vivência doméstica, mas como “desvio de mulher”. A repressão desqualificava a militância de mulheres ao descartar que estivessem nas organizações por convicções e ideais. Outra maneira de menosprezar as mulheres militantes, era taxá-las de promíscuas (COLLING, 1997).

Assim as mulheres militantes, de acordo com o raciocínio dos agentes da repressão estavam nas organizações a procura de homens (COLLING, 1997) e não foi somente os agentes dos governos autoritários que refletiam dessa forma, o militante da ALN, Reinaldo Guarany, em livro intitulado *A fuga* (1984), após apontar que as mulheres mais “feias” estavam nas organizações mais “barra-pesada” e as mais “jeitosinhas” se aliavam a agrupamentos mais voltados a “proselitismo”, concluiu que:

Até hoje não entendi isso, acho que as companheiras sentiam uma certa atração pela palavra operário, talvez pelo seu significado de rudeza, força, brutalidade, disposição sexual, ou pelo cheiro de suor misturado com fuligem. Naquela época não se falava de feminismo, e as mulheres de esquerda que estavam rompendo montões de dogmas e tabus ao mesmo tempo precisavam de um braço peludo para as horas de desamparo. (GUARANY, 1984, p. 31 apud RIDENTI, 1990, p. 119).

Quando não eram interpretadas como mulheres desesperadas por sexo ou pela atenção masculina, eram concebidas como lésbicas por ocuparem lugares considerados masculinos (COLLING, 1997).

No momento em que as mulheres eram identificadas como militantes de grupos de oposição à ditadura, fazia-se necessário para a repressão identificar igualmente quem foram os homens que as levaram aos ativismos políticos, se o pai, o marido ou o amante (COLLING, 1997), o que fica evidente em documentação oficial que citou Lenira Machado como militante subversiva, sobre ela discorre-se muito brevemente, sendo retratada como noiva de Altino, comunicando-se inclusive somente com ele por ser bastante retraída. Altino em contrapartida foi caracterizado como comunicativo e muito respeitado pelos estudantes. Em seguida acrescenta-se que Lenira é filha de Delamare Machado, famoso agitador político de Porto Alegre (BRASIL, 2006, pp. 169 e 170).

A mulher militante não é vista a partir da concepção de indivíduo desviante apenas pela repressão, a sociedade brasileira do período igualmente não via com bons olhos o ativismo das mulheres, a ditadura civil-militar apenas se utiliza desse princípio para sujeitar mais ainda as militantes nas documentações e nos cárceres da repressão (COLLING, 1997).

A partir de 2007 a Comissão de Anistia juntamente com o Governo Federal, imbuídos dos princípios da justiça de transição³ voltaram a atenção para além da reparação econômica aos que foram prejudicados pela ditadura civil-militar, voltando-se para o aspecto político-moral do enfrentamento dos legados autoritários. Dirigindo-se em direção contrária à do esquecimento e da conciliação, surgiram projetos educativos que se destinaram principalmente a lembrar as experiências daqueles que foram perseguidos após o golpe de 1964 (BAGGIO, 2014).

Nesse contexto de confrontação do passado autoritário O livro *Luta: substantivo feminino* prosseguiu abordando a temática das vivências de mulheres militantes. Obra lançada em 2010, originando-se do relatório Direito à Memória e à Verdade, este lançado em 2007 em audiência coordenada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, configura-se como parte das

³ Conjunto de medidas destinadas ao enfrentamento de legados de violência e autoritarismo, visando a construção de sociedades mais democráticas (BAGGIO, 2014, p. 282).

celebrações do mês internacional da mulher, em parceria com a Secretária Especial de Política para as Mulheres da Presidência da República. (BRASIL, 2010).

A partir dos trabalhos de investigação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que perduraram por quinze anos, no livro acima mencionado constam registros da vida e da morte de quarenta e cinco mulheres que resistiram a ditadura e vinte e sete depoimentos de mulheres que foram submetidas a torturas (BRASIL, 2010).

Um dos diferenciais do *Luta: substantivo feminino* pode ser considerado a exposição de que muitas mulheres militavam politicamente antes do Golpe de 1964 e dessa forma, não foram levadas às organizações de esquerda que se opuseram a ditadura civil-militar por influências de homens, mas por convicções políticas próprias (BRASIL, 2010).

Nos depoimentos algumas mulheres apresentam a noção de que não eram torturadas somente em virtude de empreenderem oposição à ditadura, apontando que parecia haver um ódio especial no tratamento que lhes era concedido pelos agentes da repressão. Dulce Maia relatou que a raiva era demonstrada por ela haver suportado as sevícias a que foi submetida, descreviam-na como “muito macho por aguentar” (BRASIL, 2010).

Outra forma comum de humilhar as presas, segundo exposição de Maria Diva de Faria, era ridicularizar os corpos das mesmas ou fazer comentários libidinosos sobre as militantes, chegando a citar o tamanho das vaginas das últimas. Relatou que foi obrigada a marchar nua diante de policiais que zombavam de seu corpo (BRASIL, 2010).

Somando-se aos esforços anteriores de defrontação com o passado autoritário, foi instalada em 2012, a Comissão Nacional da Verdade, com o objetivo de prestar esclarecimentos acerca das violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 (BRASIL, 2014).

Os resultados das análises da Comissão Nacional da Verdade, foram sintetizados em 2014 no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. No *Capítulo 10 – Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes*, ressalta que a ferocidade do regime foi estruturada a partir de questões relativas a gênero e sexualidade, ou seja, o gênero/sexo ou a orientação sexual dos presos e presas, eram considerados no momento da tortura, para que a violência fosse dirigida de maneira mais específica (BRASIL, 2014).

As mulheres que estavam encarceradas nas prisões da repressão estavam em ambientes extremamente masculinos e eram tratadas também a partir de categorias consideradas masculinas, tais como força e resistência⁴ onde a sexualidade configurava-se como tabu e era

⁴ A construção do gênero é baseada na heteronormatividade, assim certos comportamentos ou características são considerados “mais femininos” ou “mais masculinos”. Certos estereótipos são mais associados ao feminino, tais como submissão, fraqueza, dependência, castidade, pudor, dentre outros. Em contraposição aos homens são associadas as figuras mais agressivas, fortes, com potência sexual etc. (BRASIL, 2014, p. 401).

utilizada contra as militantes, assim como a maternidade, cujo ônus recai somente sobre as mulheres (BRASIL, 2014).

Essa espécie de organização da violência que se pratica contra as mulheres aprisionadas, encontra possibilidades de existência na formação policial sexista e misógina, baseada em cultura de grupo, em que o feminino sobrevém automaticamente como algo inferior (BRASIL, 2014).

Compreender o ativismo político exercido pelas mulheres que se opuseram a ditadura civil-militar é necessário e essencial para o entendimento menos superficial dos próprios agrupamentos considerados subversivos, o comportamento dos últimos frente às militantes e os obstáculos que as mesmas enfrentavam para participar ativamente desses grupos.

Do mesmo modo, explorar essas militâncias em especial, auxilia na compreensão de como a repressão agia em relação aos mais diversos segmentos da sociedade, dentre eles, para com as mulheres militantes. Dessa forma, além da ditadura ter sido fundada em censuras, Atos Institucionais arbitrários e em perseguições políticas, também estava imersa na misoginia e no machismo.

1.6- Militâncias: antes e após o golpe

Algumas analogias podem ser traçadas em relação aos processos de anistia abordados dos quais são retiradas as informações acerca da vida de Lenira, Inês e Soledad, entre essas semelhanças podemos destacar que as três mulheres empreenderam militância política anterior ao golpe civil-militar.

Soledad Barret teve militância política precoce, acompanhava o pai desde a infância em manifestações e passou a nutrir grande interesse por atividades políticas ligadas à esquerda, participando de organizações consideradas subversivas no Paraguai (BRASIL, 2013).

Quando Soledad estava com um ano de idade, o pai, Alex Rafael, precisou se mudar junto a família para a Argentina, em consequência das perseguições políticas que vinha sofrendo. O retorno ao Paraguai ocorreu após cinco anos, e se deu novamente em virtude de que Alex foi preso quando morava na Argentina e passou a ser perseguido também pela polícia argentina (BRASIL, 2013).

Com dezessete anos Soledad estava exilada no Uruguai, quando foi então sequestrada por grupo de extrema direita, que, sob diversas ameaças tentou fazer com que ela proferisse saudações nazistas, ao que a mesma se recusou, e como punição teve a suástica gravada com faca

nas pernas e em seguida foi abandonada atrás de um parque na cidade de Montevidéu (BRASIL, 2013).

Nesse período no Uruguai também iniciava-se um momento de perseguições, prisões e torturas, e dessa forma, mesmo o caso de Soledad sendo reportado às autoridades uruguaias, a mesma passou a ser perseguida por ter se manifestado contra a ditadura paraguaia e precisou ser exilada na União Soviética, onde residiu por um ano (BRASIL, 2013).

Entre 1966 e 1968 Soledad refugiou-se em Cuba e na ilha deu prosseguimento ao seu ativismo político, participando de reuniões e congressos e trabalhando na Radio Havana Cuba como redatora (BRASIL, 2013).

Em Cuba Soledad conheceu o também exilado político, José Maria Ferreira de Araújo⁵, militante da Vanguarda Popular Revolucionária, com quem casou-se e teve uma filha, Ñasaindy, nascida em 4/4/1969, por precaução a criança teve dois registros de nascimento, um constando o nome verdadeiro, Ñasaindy Barret de Araújo e o outro registro com nome desconhecido, Ñasaindy Sosa Del Sol (BRASIL, 2013).

Lenira Machado e Inês Etienne iniciaram a militância política quando começaram cursos em universidades.

Lenira em 1961 quando destinou-se a São Paulo para estudar Filosofia na USP, havendo ingressado na Juventude Socialista (BRASIL, 2006). Em 1962 ingressa no Partido Socialista Brasileiro, PSB, partido legalizado que a época propunha o socialismo democrático (RIDENTI,

⁵ José Maria Ferreira de Araújo nasceu em 06/06/1941 em Fortaleza. Desde jovem tinha interesse em ingressar na Marinha e assim que terminou o primário, começou a estudar na Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará, indo em seguida para o Rio de Janeiro. Quando incorporado passou a residir em navio e não tardou para que passasse a reivindicar junto a outros marinheiros o direito de reunião, morar fora dos navios e a possibilidade de contrair matrimônio. Em 1962, figura entre os fundadores da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), considerada ilegal pelas Forças Armadas. Participou da Revolta dos Marinheiros, episódio em que mesmo proibidos de realizarem comemoração em virtude do aniversário da Associação pelo ministro da Marinha, Silvio Mota, os marinheiros e fuzileiros se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos. Destacamento de fuzileiros foi chamado para prender os organizadores e, no entanto, acabaram por aderir a revolta. José Maria escapou da prisão no episódio, mas foi preso quinze dias após o golpe de 1964, sendo colocado em liberdade com processo em andamento, sete meses depois. No Arquivo Público do Estado de São Paulo consta que realizou curso de guerrilha em Cuba em 1967. Retorna ao Brasil em junho de 1970 para integrar grupo guerrilheiro da VPR (BRASIL, 2013, pp. 65 a 70). Morreu em São Paulo em 23/09/1970. A Comissão Nacional da Verdade apontou que José Maria foi detido sob o codinome de Edson Cabral Sardinha, após ter marcado encontro com Mário de Freitas Gonçalves, este conseguiu escapar da prisão, tornando-se o primeiro caso de desconfinança em relação a infiltrados no interior da VPR. Em documento assinado pelo Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos do Brasil (documento 30-Z-160-12706) consta informação de que José Maria foi violentamente espancado, recebeu choques elétricos e foi torturado no pau-de-arara, morrendo em decorrência dessas torturas, que inclusive foram presenciadas por outros presos políticos. Como um dos responsáveis pela morte de José Maria foi registrado o Capitão Benoni Arruda Albernoz. A morte foi denunciada à OAB em 1975 e para o Congresso Brasileiro pela Anistia em 1978. Em 1990 com a abertura da vala clandestina do Cemitério D. Bosco, de Perus-SP, foi estabelecida correlação entre o codinome Edson Cabral Sardinha e José Maria e, portanto, o mesmo foi identificado e os familiares notificados. Nas fotos tiradas pelos órgãos repressivos o corpo de José Maria apresenta marcas de tortura. Os restos mortais foram transferidos para o Cemitério de Vila Formosa em São Paulo. Disponível em: <memoriasdeditadura.org.br/memorial/jose-maria-ferreira-araujo/> acesso em: 15 ago. 2019.

2010), onde conheceu Altino⁶, também militante, que seria seu futuro marido. Relata que quando se filiou ao PSB, passou a exercer militância mais partidária, havendo abandonado o movimento estudantil (BRASIL, 2006)

Em 1963, Lenira foi eleita tesoureira da Direção Municipal do PSB, quando participou do Congresso de Solidariedade a Cuba (BRASIL, 2006).

Inês Etienne passou a atuar politicamente quando iniciou os estudos em Sociologia e Política e no curso de Administração Pública na UFMG, igualmente a partir de 1961, desenvolvendo atividades primeiramente no DCE, participando do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. Em 1963 interrompeu tais cursos, para iniciar o curso de História em 1965, quando então presidiu o Centro de Estudos Históricos e atuou no Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Trancou o curso de História em 1967 devido a necessidade de entrar para a clandestinidade (BRASIL, 2002).

Concomitantemente entre 1961 e 1963 atuou no Sindicato dos Bancários de Minas Gerais, visto que foi funcionária do Banco do Estado de Minas Gerais S.A. de janeiro de 1962 a dezembro de 1967 (BRASIL, 2002).

Entre 1964 e 1965 figurava dentre os membros da Executiva Regional do PSB, momento em que todos os partidos foram extintos por meio de Ato Institucional nº 2. Em 1967 foi intimada pelos jornais para depor em Inquérito Policial Militar sobre tentativa de legalização do PCB (BRASIL, 2002).

Com o advento do golpe civil-militar de 1964, Lenira, Inês e Soledad prosseguiram na militância política em diferentes organizações de esquerda que se destinavam a luta armada. A entrada das três mulheres na luta armada ocorre de maneiras distintas (BRASIL, 2002; 2006).

No caso de Lenira e Inês o ativismo ocorre devido a militância anterior que ambas já realizavam junto às organizações de esquerda, ativismo este que elas não cessariam mesmo em contexto de ditadura militar iniciada em 1964 com o governo do Marechal Castelo Branco (1964-1967) (BRASIL, 2004; 2009).

⁶ Altino Rodrigues Dantas Júnior nasceu em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Em 1965 era militante e dirigente do PSB e foi eleito no XXVII Congresso da UNE presidente da entidade até 1966. Em 1967 passa a militar na Ação Popular (AP), organização que abandona em 1968, para fundar e dirigir o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Preso em 1967 pela Delegacia Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) e em seguida transferido para o Destacamento de Operações e Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo. Julgado por participar da UNE, AP e por dirigir operações armadas no PRT, foi condenado a 93 anos de prisão, que passou a cumprir em São Paulo. Em 1979 assinou carta-denúncia enviada pelos presos políticos paulistas ao conselho seccional da OAB de São Paulo, reivindicando concessão de anistia ampla, geral e irrestrita. Foi libertado em 15 de dezembro em decorrência do decreto de anistia. Passou a militar no PT em São Paulo. Disponível em: <fyg.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/altino-rodrigues-dantas-junior> acesso em: 10 ago. 2019.

Lenira passa a ser perseguida junto ao pai, Delamare Machado, desde o princípio do golpe em 1964, tendo em vista que ambos integravam as Ligas Camponesas, surgida em meados dos anos 50, mas sob a denominação de Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), configurando-se nesse período como entidade destinada a criação de fundo de ajuda mútua entre 140 famílias que residiam em terras no município de Vitória do Santo Antão. Posteriormente os moradores que alugavam as terras em que residiam e trabalhavam, passaram a sofrer ameaça de expulsão das terras e foram pressionados a extinguirem a SAPPP pelo proprietário da região. Em 1954 Francisco Julião, a época eleito como deputado estadual pelo PSB passou a defender esses trabalhadores rurais. A imprensa começou a denominar a SAPPP de Ligas Camponesas, buscando estabelecer associação proposital entre a SAPPP e o comunismo, tendo em vista que entre 1945 e 1947 o PCB mobilizou e organizou os trabalhadores rurais em diversos estados brasileiros o que ficou conhecido como Ligas Camponesas. Após a vitória com a desapropriação das terras de Vitória do Santo Antão e com o Congresso de Salvação do Nordeste⁷ a SAPPP ganhou projeção nacional enquanto Ligas Camponesas, expandindo-se para o Norte e Sul do Brasil (MONTENEGRO, 2003).

A militância de Delamare e Lenira ocorria nas Ligas Camponesas tendo em vista que Delamare possuía propriedade rural no Bairro Laranjeiras em Itapecerica da Serra, onde exercia atividades agrícolas e criava suínos (BRASIL, 2006).

A mãe Elzira Garcia Machado e o irmão de criação João Gualberto dos Santos Sá foram detidos por equipe do DOPS ficando presos por 30 dias para que assim Delamare e Lenira fossem pressionados a prestar esclarecimentos às autoridades (BRASIL, 2006).

Lenira e sua família são prejudicados desde o princípio do golpe como fica evidente com as prisões da mãe e do irmão de criação e sua posterior prisão domiciliar. Elvira tornou-se depressiva e a família vivenciou dificuldades econômicas, tendo em vista que a ausência prolongada de Delamare dificultou a administração da fazenda, bem como o desaparecimento de equipamentos agrícolas e de parte dos suínos que ali eram criados, a família passou a ter dificuldades quanto ao pagamento das contas (BRASIL, 2006).

Por intermédio do sogro, General Altino Rodrigues Dantas, Lenira realizou acordo com o DOPS para que pudesse cumprir espécie de prisão domiciliar, sem que pudesse sequer frequentar as aulas na Universidade de São Paulo, recebendo autorização para sair de casa apenas

⁷ Iniciativa da seção local da Liga de Emancipação Nacional, que reuniu 1.600 delegados, entre parlamentares, intelectuais, profissionais liberais, líderes sindicais. Ao final dos trabalhos, o conjunto de moções realizados no congresso, serve de base para a redação da Carta de Salvação do Nordeste, entre essas moções destaca-se a que aponta a reforma agrária como solução para os problemas do campo (MONTENEGRO, 2003 apud AZEVEDO, 1982).

juntamente com a mãe para resolver questões burocráticas relacionadas à sobrevivência da família (BRASIL, 2006).

A partir de 1965 Lenira volta a estudar e se casa com Altino Rodrigues Dantas, este, por sua vez, torna-se vice-presidente da UNE. No momento em que a UNE passa a ser semiclandestina⁸ Altino era presidente da mesma entre 1965 e 1966. (BRASIL, 2006).

Lenira se manifestou contra a Lei Suplicy⁹ e após ter realizado pronunciamento contra tal lei, foi jubilada da universidade. Nessa mesma época foi decretada prisão de Altino, então ambos foram obrigados a entrar para clandestinidade (BRASIL, 2006).

No contexto da repressão Lenira passou a militar na Ação Popular (AP), organização que surge em 1962, implementada principalmente em meio ao movimento estudantil, sendo originária da Juventude Universitária Católica (JUC), entidade ligada à Igreja nos anos 50 e 60. A partir de 1964 a AP defende alternativa que não fosse capitalista ou comunista, mesclando humanismo cristão com Revolução Cubana, nesse momento já havia se desvinculado da JUC (RIDENTI, 2010).

A AP substituiu o cristianismo pelo maoísmo, o que desagradou militantes, em sua maioria provenientes da classe média urbana, visto que estes deveriam se dirigir ao campo, esses militantes, dentre eles, Lenira, fundam o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, PRT, seguindo tendências leninistas e guevaristas, acreditavam que a revolução deveria ser imediatamente socialista, levando-se em consideração que o imperialismo já estaria intrínseco ao capitalismo brasileiro, tornando impossível a revolução nacional e democrática (RIDENTI, 2010).

De acordo com documentação da Coordenação Executiva da Operação Bandeirantes, Lenira fez uso de nome falso, Elza Ramos, e do codinome Célia no interior do PRT, sendo reconhecida pelos agentes da repressão como uma das organizadoras do PRT (BRASIL, 2006).

⁸ Em 1º de abril de 1964 a sede da UNE foi saqueada e incendiada por participantes do golpe de 1964, obrigando seus dirigentes a exilarem-se. Em 9 de novembro do mesmo ano, a entidade foi posta na ilegalidade pela Lei Suplicy de Lacerda, dessa forma a UNE ficou sem diretoria até julho de 1965, quando elegeu nova direção no XXVII Congresso. Disponível em: <fvg.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/união-nacional-dos-estudantes-une> acesso em: 06 fev. 2020.

⁹ BRASIL. **Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes.** Conhecida como Lei Suplicy devido ao nome do ministro da Educação que a promoveu, Flávio Suplicy de Lacerda. Tratou-se de instrumento do governo autoritário para que as entidades estudantis existentes, fossem controladas direta ou indiretamente pelo Ministério da Educação. Determinava que os Diretórios Acadêmicos continuariam existindo obrigatoriamente nos estabelecimentos de ensino superior. Os estudantes teriam seus Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) compostos por representantes das DAS, que também se reuniriam para organizar os diretórios estaduais de estudantes (DEEs), que, por meio de representantes comporiam o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE). A lei vedava aos órgãos de representação estudantil “qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”. Disponível em: <fvg.br/cpdoc/acervo/dicionario/verbete-tematico/leisuplicy> Acesso em: 10 ago. de 2019.

Observa-se na documentação acerca dos interrogatórios realizados junto a Lenira, em que a mesma afirma que por questões de afazeres domésticos e por apresentar debilidades na saúde, ela não conseguia ser uma militante tão presente como as autoridades supunham, demonstrando até mesmo realizar ativismo político a contragosto. Porém, também presta depoimento em que aponta que uma de suas atuações dentro da organização, seria a de tradução de textos, que posteriormente eram datilografados e rodados no mimeógrafo pela própria Lenira (BRASIL, 2006).

É possível que Lenira tenha usado durante os depoimentos os artificios da feminilidade, justificando que não militava efetivamente desde o nascimento do filho, possivelmente para conseguir abrandar ao menos um pouco as torturas ou as penalidades que receberia em decorrência da militância política.

Em documento enviado pelo DOPS para a Anistia Internacional em 12 de junho de 1972, em que declaram que Lenira não havia sido torturada e pelo contrário, havia recebido atendimento médico tendo em vista a saúde debilitada, o Departamento acusa Lenira de realizar assaltos a banco e outros atos considerados terroristas junto ao Altino (BRASIL, 2006).

Inês de 1964 a 1968 integrava a Direção Estadual da POLOP, Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (BRASIL, 2002), agrupamento que surge em 1961, com grande influência nos meios universitários e que contestava a opção de promover revolução democrático-burguesa adotada pelo PCB a época. (RIDENTI, 2010).

Em 1968 parcela do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)¹⁰ se funde com a POLOP paulista e funda a Vanguarda Popular Revolucionária, VPR, que assim como o PRT, pretendia que a revolução fosse socialista desde as fases iniciais (RIDENTI, 2010).

A VPR figura dentre as organizações mais militaristas, tendo se destacado em virtude do volume de ações armadas que realizaram. Rejeitavam discussões teóricas, acusando-as de provocarem imobilismo político, portanto produzem poucos documentos escritos (RIDENTI, 2010).

Inês foi escolhida por Carlos Lamarca¹¹ para pertencer a assessoria executiva da VPR. Participou do planejamento e da execução do sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher,

¹⁰ Composto por militares de baixa patente cassados em 1964, que em 1967 empreenderam tentativa de guerrilha na região do Caparaó (REIS, 2000).

¹¹ Nasceu no Rio de Janeiro em 23 de outubro de 1937. Sentou praça em 1955, ingressando na Escola Preparatória de Cadetes, em Porto Alegre, e em 1957 transferiu-se para a Academia Militar das Agulhas Negras em Resende (RJ). Em 1967 foi promovido a capitão. A partir de 1968 passou a estabelecer contato com figuras importantes da luta armada, como Carlos Marighella (ALN) e Onofre Pinto (VPR). Em 1969 fugiu do 4º Regimento de Infantaria levando 63 fuzis, 10 metralhadoras e munição. Em maio de 1969 participou de sua primeira ação armada na VPR. Em 17 de setembro de 1971 foi encontrado doente junto a José Campos Barreto, sendo ambos mortos a tiros por patrulha de busca, no município de Iupuiara (BA), enquanto descansavam a sombra de uma árvore. Disponível em: <fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/Lamarca-carlos> acesso em: 4 fev. 2020.

ocasião em que um agente de segurança do embaixador, Hélio Araújo de Carvalho foi morto. A militante foi a responsável por barrar com um veículo o carro do embaixador. Colaborou também com o sequestro do embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwing von Holleben, colocando comunicados em duas residências (BRASIL, 2002).

Segundo os órgãos de repressão, Inês teria atuado em mais organizações do que ela mesma relata no processo, constando em relação de militantes do COLINA em 1969 e sendo apontada como subversiva em 1971 com codinome Olga na VAR-Palmares em depoimento de Sérgio Emanuel Dias Campos. Além do codinome Olga, utilizava outros codinomes, como Tânia, Ieda, Isabel e Alda (BRASIL, 2002).

Ainda segundo consta em documento da Casa Militar – Subsecretaria de Inteligência, Inês teria participado de roubo de automóvel a mão armada e de assalto à Casa de Câmbio ADAM's, ambos no Rio de Janeiro. (BRASIL, 2002, p. 57).

Também é apontada como espécie de tesoureira da VPR, tendo em vista que recebeu e guardou 300 mil dólares que foram expropriados do cofre de Ana Capriglione, igualmente destinado a VPR cerca de 50 mil dólares (BRASIL, 2002).

Outro papel de destaque realizado por Inês foi a arregimentação de pessoas para as organizações de esquerda, investindo principalmente em atrair estudantes para esses agrupamentos, havendo percorrido diversas entidades estudantis (BRASIL, 2002).

Iniciei os relatos discorrendo acerca das militâncias das três mulheres primeiramente por Soledad, tendo em vista que esta iniciou o ativismo político desde a infância. Torno a abordar a militância de Soledad no parágrafo seguinte, explanando sobre sua militância em contexto de ditadura civil-militar no Brasil.

Soledad resolve deslocar-se de Cuba em 1970, deixando a filha Ñasaindy, então com dois anos de idade aos cuidados da também exilada política, Damaris Lucena¹², tendo em vista que não possuía notícias sobre o marido, José Maria que havia voltado ao Brasil em julho do mesmo ano (BRASIL, 2013).

Segundo Ñasaindy, Soledad se direcionou ao Nordeste brasileiro, pois havia sido previamente combinado entre ela e José Maria que ambos viveriam em tal região, já que este era o local de nascimento do último (BRASIL, 2013).

¹² Esposa de Antônio Raymundo Lucena, executado por agentes do DOPS de São Paulo em casa, em 1970. Damaris foi presa junto com os filhos, sendo barbaramente torturada e posteriormente, ela e os filhos, foram banidos do Brasil até 1979, em decorrência de participação no sequestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi. Disponível em: <memoriasdaditadura.org.br/memorial/antonio-raymundo-lucena/> acesso em: 4 fev. 2020.

Outra motivação para que Soledad viesse ao Brasil pode estar ligado ao Cabo Anselmo¹³, ela teria aderido ao Grupo Primavera que estabeleceria núcleo da VPR no Nordeste, mesma organização na qual Inês militou. Tratava-se de uma armadilha de Fleury¹⁴ para acabar com a guerrilha urbana, ao Cabo Anselmo caberia atrair guerrilheiros que estavam exilados em Cuba para o Brasil (BRASIL, 2013).

O destino de Soledad antes de chegar ao Brasil é apenas parcialmente conhecido, havendo possivelmente passado pelo Chile e Uruguai, chegando ao Brasil um ano depois. Entrou no país com passaporte constando nome verdadeiro, pretendendo permanecer no Brasil junto ao irmão, Jorge Barret. Vendia artesanatos que ela mesma fazia para se sustentar (BRASIL, 2013).

Torna-se militante da VPR em Recife, estando sob o comando de Cabo Anselmo, com quem iniciou relacionamento afetivo, passando a viver junto com o mesmo em 1972. Não existem maiores detalhes acerca da militância de Soledad no processo ou em outras fontes que foram consultadas (BRASIL, 2013).

Para concluir este capítulo, tendo em vista que foi apresentado em páginas anteriores os preconceitos com que as próprias organizações de esquerda tratavam suas militantes, o que com certeza oferecia obstáculos para participação efetiva e ativa dessas mulheres nas organizações, e como resultado poucas chegavam a postos importantes nos grupos de luta armada (RIDENTI, 1990), adicionado a forma quase jocosa com que as forças de repressão compreendiam as militâncias de mulheres (COLLING, 1997), resta as perguntas: por que as mulheres eram tão rigorosamente torturadas? Como essas sevícias ocorriam? Referia-se somente a todos os tipos de

¹³ Nasceu em 13 de fevereiro de 1941. Em 1958 sentou praça na Marinha, no Rio de Janeiro. Em 1962 filiou-se à AMFNB e no final do mesmo ano tornou-se presidente da associação. Em 1964 foi um dos protagonistas do episódio da revolta dos sargentos da Marinha, que acabou se tornando um dos fatores que abriu pretexto para a deposição de João Goulart. Cassado pelo AI-1 asilou-se na embaixada do México. Em 1967 participou da formação do primeiro núcleo de treinamento de guerrilha da VPR. Retorna ao Brasil em 1970, designado para trabalhar em São Paulo. Meses depois ocorrem diversas prisões e mortes de militantes que tiveram contato com o Cabo Anselmo, levantando suspeitas de que este seria agente policial infiltrado. Em 1973 a VPR acusou-o formalmente de ao ter passado por encarceramento em 1971, ter passado a ser agente da Central de Intelligence Agency (CIA) e outras fontes afirmam que ele seria agente do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), sob supervisão da CIA, antes mesmo do golpe de 1964. Em 1973, como forma de protegê-lo de militantes da esquerda, foi submetido a uma cirurgia plástica e recebeu documentos falsos, ficando na clandestinidade por vários anos. Voltou a ser localizado em 1999 pela revista *Época*, quando confirmou a versão de que havia se aliado às forças repressivas após ter sido encarcerado, tornando-se posteriormente o responsável pelo desmantelamento da VPR e da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Disponível em: <cpdoc.fgv.br/producao/dossies/jango/biografias/jose_anselmo_dos_santos> acesso em 10 ago. 2019.

¹⁴ Sérgio Fernando Paranhos Fleury atuou como delegado do DOPS durante a ditadura militar a partir de 1968. Acusado de chefiar os esquadrões da morte que atuavam na periferia de São Paulo entre 1960 e 1967, levando os mesmos modus operandi no combate aos grupos guerrilheiros, conforme ele mesmo relatou em entrevista à Revista Veja em 1969. Apontado como o envolvido em sequestros, torturas e assassinatos de militantes políticos, da prisão dos participantes do Congresso de Ibiúna da UNE, como comandante das chacinas da Lapa e da Chácara São Bento. Morreu em 1979 em acidente em Ilhabela, litoral de São Paulo, a bordo de um iate, teria caído, após ingerir muito álcool, quando tentava passar para outra embarcação. Nunca foi realizada necropsia no corpo. Recentemente, Cláudio Antônio Guerra, ex-delegado do DOPS, relatou em entrevistas aos autores do livro *Memórias de uma guerra suja* que Fleury foi assassinado, em uma queima de arquivo, por ordem de um grupo de militares e policiais. Disponível em: <memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/delegado-fleury> acesso em: 12 ago. 2019.

abusos em seus corpos nos chamados “porões da ditadura” ou outros mecanismos eram utilizados para prolongar esses sofrimentos?

CAPÍTULO 2 – PROCESSOS E TORTURA

2. 1 Tortura como política de Estado

As prisões acompanhadas de torturas ocorreram desde os princípios do pós-golpe de 1964, intensificando-se a partir do AI-5. Os órgãos de repressão¹⁵, que em alguns casos já existiam antes mesmo da ditadura civil-militar, foram essenciais para que os encarceramentos viessem a ocorrer.

Na presente pesquisa a tortura será abordada enquanto estratégia de dominação da população, sendo instrumentalizada por regime terrorista que passou a praticá-la como um fim em si mesma e não em casos isolados (COELHO, 2010).

Segundo Myrna Coelho (2010 apud Bermann, 1994) a tortura ocorre em três etapas, a primeira delas é a aniquilação e destruição dos valores daquele que é torturado; em sequência ocorre a demolição e desorganização do indivíduo em relação a si mesmo e ao mundo; e por último, se dá a etapa da resolução, em que acontece a substituição da conduta do sujeito.

As prisões também serão referidas como sequestros, visto que, essas não ocorriam a partir de mandato judicial, alguns encarcerados relataram que chegaram a pensar que estavam sendo levados por criminosos comuns e não por agentes do estado, levando-se em consideração que os sequestros eram realizados por sujeitos em trajes civis, sem qualquer elemento simbólico que os

¹⁵ o Ipes, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (1961) reuniu diversas fichas e dossiês, que posteriormente foram destinados ao Serviço Nacional de Informações, SNI, que, por sua vez, foi implantado para que fosse sistema mais seguro de informações, contando com consultoria norte americana (FICO, 2007).

Em 1968 as atribuições do SNI foram aumentadas e as seções de segurança nacional, foram convertidas em divisões de informações, funcionando em todos os ministérios civis. O SNI chegou a enviar missões de estudo a outros países da América Latina (FICO, 2007 p. 177), e ainda que fosse órgão de informações, é possível que tenha participado de prisões e interrogatórios, que em sua maioria envolviam torturas.

Os ministérios militares atuavam com relativa independência em relação ao SNI, possuindo igualmente órgãos de informações, que funcionavam antes de 1964, sendo eles o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa) e o Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Tais órgãos foram reformulados entre 1967 e 1974, eram órgãos mistos, atuando tanto na obtenção de informações, quanto nas prisões e interrogatórios (FICO, 2007).

Em 1969 foi criada a Operação Bandeirantes, Oban, em São Paulo, promovendo a junção entre o Exército, Marinha e Aeronáutica, polícias civis e militares. A Oban estava amparada pelo estado e contava com subsídios financeiros de empresários (FICO, 2007).

A estrutura da Oban inspirou a criação dos DOI-Codis, Destacamentos de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, o que simboliza a exportação do modelo violento da Oban para outros estados brasileiros (FICO, 2007).

Anteriormente chamado de Delegacia de Ordem Política e Social, passou a se chamar Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS/SP ou Deops) em 1975. Suas atribuições eram tão amplas que lhe era permitido investigar até outras forças policiais de São Paulo (BRASIL, 2014, pp. 161 a 162)

A Polícia Federal também foi utilizada como instrumento de repressão, sendo utilizada como cartório, conduzindo inquéritos e ouvindo militantes já interrogados em outros locais (BRASIL, 2014 p. 113).

identificasse como policiais ou militares, as pessoas eram apreendidas enquanto desempenhavam atividades cotidianas ou tinham as residências invadidas (JOFFILY, 2008).

Segundo o torturador Ustra as primeiras horas de prisão eram as mais importantes, após esse período o preso não mais era visto como fonte de informações essenciais, contraditório, se levarmos em consideração que os militantes relatam que chegaram a ser torturados por meses (JOFFILY, 2008).

Os interrogadores costumavam direcionar mais violência para àqueles que militavam em organizações armadas, pois sabiam por meio de informações cedidas pelos militantes com o emprego de tortura, que estes eram orientados por suas respectivas organizações a resistir às sevícias principalmente nas primeiras horas, para que outros militantes tivessem tempo de perceber que o outro encontrava-se preso e se destinassem a ocupar outro aparelho. Também se supunha que os membros das organizações armadas tivessem preparo militar (JOFFILY, 2008).

No DOI-Codi revezavam-se por 24 horas três turmas de interrogatórios, compostas por seis policiais e militares, estes agentes deveriam ser frios e agressivos para desempenhar o tipo de “serviço” que deveriam realizar (JOFFILY, 2008).

As normas de segurança para os agentes incluíam o uso de trajes civis, era proibido o corte de cabelo ao estilo militar, era obrigatório o uso de codinomes, inclusive utilizando-se o mesmo codinome para indivíduos diferentes. Esse modus operandi além de garantir aos torturadores anonimato e impunidade, reforçava o sentimento de grupo, formando-se assim uma rede de lealdades, selada com a extrema violência (JOFFILY, 2008, p. 55)

A seguir será realizada análise das experiências de tortura as quais foram submetidas Lenira, Inês, Soledad e Ñasaindy, a partir dos discursos das mesmas acerca desses fatos, observando tanto o que ficou evidenciado pela exposição, quanto as lacunas existentes nas narrativas.

Não haverá separação entre torturas físicas e psicológicas, visto que as sevícias podem ser entendidas como violadoras de ambos os aspectos dos indivíduos (COELHO, 2010).

2.2 Lenira Machado: mãe e marxista

Conforme abordado no primeiro capítulo da presente pesquisa, Lenira Machado militava no Partido Revolucionário dos Trabalhadores, PRT, quando teve a casa em que morava com o marido, Altino Rodrigues, invadida em maio de 1971 pela equipe do delegado Fleury (BRASIL, 2006, p. 48).

Diante do filho, Aritanã, então com quatro anos de idade, a residência foi destruída e as torturas contra os pais tiveram início desde o momento da invasão (BRASIL, 2006, p. 48).

Lenira e Altino foram levados para o DOPS onde permaneceram por dois dias, sendo transferidos em 15 de maio de 1971 para o DOI-CODI, local em que ficaram incomunicáveis e foram torturados por cerca de 45 dias, por três equipes que se revezavam na realização de métodos diversos de torturas, sob o comando de Brilhante Ustra (BRASIL, 2006, p. 48).

Um dos métodos de tortura consistiu em lançar Lenira ao chão da distância de 1,80m de altura, após ter deixado a militante dependurada no pau de arara por cerca de cinco horas, o que acarretou na perda temporária da capacidade da ativista em andar e na perda do controle da cabeça (BRASIL, 2006, p. 50).

Em decorrência do estado de saúde da militante, que foi condenada a cinco anos de prisão e mediante solicitação de advogados e do sogro, General Altino, foi determinado que Lenira fosse conduzida ao Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo para realização de tratamento fisioterápico, sendo conduzida ao hospital por equipe fortemente armada por seis meses, duas vezes por semana. Em seguida foi autorizada a colocação de cama elástica e de forno de Bear na carceragem do Presídio Tiradentes, onde Lenira cumpria pena (BRASIL, 2006, p. 50).

Em carta respondendo a apelo da Anistia Internacional o Diretor Geral de Polícia, Lúcio Vieira chegou a afirmar que Lenira já estava com problemas na coluna quando chegou ao DOI-CODI, o que foi refutado pela própria militante e por testemunhas, dentre elas o ginecologista Décio Teixeira Noronha, que estava preso a época e presenciou o tratamento dispensado a Lenira nas dependências do centro de tortura, ela mesma acrescentou que entrou “andando e saiu carregada do DOI-CODI” (BRASIL, 2006, p.50).

Enquanto Lenira estava detida em 1971, entregou o filho aos cuidados dos avós paternos e quando foi colocada em liberdade passou a viver na casa dos sogros junto ao filho, porém a convivência foi se tornando conflituosa a medida em que ela voltou a trabalhar e consequentemente adquiriu independência financeira, passando assim a sofrer ameaças de que Aritanã seria sequestrado, quando agredida fisicamente na residência dos sogros, decidiu que abandonaria o local. (BRASIL, 2006, p. 159).

A militante relatou que mesmo após a soltura em 1971 e apresentando endereço fixo e estando empregada a maior parte do tempo, sofria ameaças e era sistematicamente vigiada pelos órgãos repressivos, as coações perduraram até a lei de anistia em 1979 (BRASIL, 2006, p. 52).

Em abril de 1974 em operação comandada pelo DOPS foram detidas mais de 60 pessoas, dentre elas Lenira, ficando novamente detida em regime de incomunicabilidade em cela com mais de 20 mulheres por um mês, ao final desse mês não foi processada, todavia em virtude

deste segundo encarceramento sofreu processo de destituição de pátrio poder do filho Aritanã, por parte dos sogros, General Altino e Odette França Dantas (BRASIL, 2006).

Em primeira instância Lenira perdeu a guarda de Aritanã e realizando a leitura da sentença que consta no processo de anistia, é notório que a destituição de pátrio poder foi acatada em virtude de questões ideológicas.

A sentença proferida pelo juiz foi bastante contraditória, visto que este alega que a destituição não se daria por questões ideológicas, entretanto cita as incursões de Lenira e Altino em artigos da Lei de Segurança Nacional, sintetizando que no caso de Altino a destituição de pátrio poder se daria em virtude de que este como estava condenado a mais de 80 anos de prisão, não poderia manter Aritanã sob sua companhia (BRASIL, 2006, p. 101). A sentença do juiz foi claramente alinhada ao pensamento da repressão, que criminalizava a ideologia de esquerda (COLLING, 1997).

Em paragrafo posterior, ao levar em consideração que a destituição de pátrio poder a época só poderia ocorrer em função de prática de atos contrários a moral, o juiz alinha as militâncias contrárias ao governo empreendidas por Altino enquanto atentados a moral e aos bons costumes, ao lançar a seguinte pergunta:

E o que pode ser mais atentatório a moral e a aos bons costumes do que incorrer no artigo 28 da Lei de Segurança Nacional? (devastar, saquear, roubar, sequestrar, incendiar, depredar ou praticar atentado pessoal, ato de massacre, sabotagem ou terrorismo) (BRASIL, 2006, p. 70).

Em seguida a sentença passa a difamar moralmente Altino, ressaltando que este teria acusado os pais pelas doenças venéreas que havia adquirido e que nutria pelos últimos um ódio que beirava a anormalidade.

Em seguida a sentença alega que Lenira também não estaria apta para o exercício do pátrio poder, mesmo sendo descrita por testemunhas do processo como “digna e devotada ao trabalho” (BRASIL, 2006, p. 71), tendo em vista que estava incursa no artigo 14 da Lei de Segurança Nacional, o fato de ser confessamente marxista, inclusive militando no PRT, que o juiz nomeia como organização criminosa. Lenira seria então a responsável por ministrar a Aritanã uma educação marxista, sendo taxada como periculosa e insensível (BRASIL, 2006, p. 103).

Seguindo o padrão de tratamento concedido a Altino na sentença, em que primeiramente ele foi construído enquanto sujeito amoral devido à atuação política e em seguida foi desacreditado no que se refere a vida pessoal, Lenira recebeu o mesmo tratamento. Ela foi

retratada como má esposa, tendo em vista que passou a manter relação afetiva com outro homem enquanto Altino ainda estava preso, e como mantinha-se legalmente casada e em relação amigável com Altino enquanto já vivia outro relacionamento, foi chamada de concubina e mulher com dois maridos (BRASIL, 2006).

No caso da sentença de destituição do pátrio poder, levando-se em consideração o fato de que os sogros de Lenira parecem ter reivindicado que após a prisão de 1971, a militante ficasse restrita às tarefas do lar e aos cuidados do filho, ao que ela se recusou no momento em que passou a trabalhar e a conseqüentemente adquirir independência financeira, podemos considerar que tal sentença soou como punição à Lenira muito mais do que para o próprio Altino.

Lenira de fato estava fora da prisão e em condições inclusive legais de prosseguir com a guarda do filho, visto que não incorria em crimes contra a moral.

Em perspectiva arendtiana podemos interpretar que a militante sofreu por meio da sentença em que perdeu a guarda do filho espécie de morte de sua pessoa jurídica, sendo excluída da proteção da lei e em seguida destituída do direito de criar o próprio filho em virtude de sua ideologia política, que além disso foi adaptada como fator que promoveu a destituição (ARENDDT, 1989, p. 498).

A sentença também demonstra que o estado autoritário fixado após o golpe de 1964, além de criar forma legal para aquilo que com certeza não possuía forma legal, também desrespeitava a própria estrutura jurídica ainda vigente, com o objetivo de punir os opositores políticos.

Aritanã enquanto esteve sob a guarda dos avós paternos, foi submetido ao que hoje nomearíamos como alienação parental¹⁶, levando-se em consideração que a criança, então com nove anos de idade, foi pressionada pelos avós a declarar que não desejava viver sob a guarda materna e não almejava visitar o pai na prisão. Aritanã também foi retirado da escola em que estudava, Escola Lourenço Castanho e foi matriculado em grupo escolar e, na época em que esteve sob a guarda dos avós, presenciou o suicídio do General Altino (BRASIL, 2006).

Lenira além de perder a guarda do filho e o emprego por ocasião da prisão em 1974, sofreu aborto no oitavo mês da segunda gestação (BRASIL, 2006, p. 54).

Em trecho em que ela mesma relata os acontecimentos experienciados na ditadura civil-militar, avalia que o sofrimento foi maior devido prisão de 1974 e as torturas psicológicas pelas quais passou em meio ao processo de destituição de pátrio poder, do que com a prisão de 1971 e os maus tratos físicos (BRASIL, 2006, p. 54).

¹⁶ BRASIL. Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre a alienação parental e altera o artigo 236 da Lei nº 8.065, de 13 de julho de 1990. Interferência na formação psicológica de criança ou adolescente, promovida ou induzida por um dos pais, pelos avós ou por indivíduo que tenha a criança sob sua guarda, para que esta repudie um dos pais ou para causar prejuízo no vínculo estabelecido entre pais e o genitor em questão. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007/2010/lei/112318.htm> acesso em: 30 jan. 2020.

O processo de destituição de pátrio poder perdurou por dois anos, dos quais a militante passou seis meses sem poder estar na presença do filho por determinação judicial. (BRASIL, 2006, p. 54).

O caso de Lenira demonstra mais uma maneira utilizada pela repressão para torturar e punir mulheres militantes de esquerda por meio da maternidade.

2.3 Inês Etienne: o confronto com a morte

Inês Etienne relatou para jornal O Pasquim (BRASIL, 2002, pp. 70 a 72) sobre como foi presa pelos órgãos repressivos e conduzida para Casa da Morte, casa clandestina que funcionava como centro de torturas, tal relato está anexado ao seu requerimento de anistia e com base nessas informações, discorrerei acerca das experiências de tortura a que foi submetida a militante.

Inês já estava afastada da militância na Vanguarda Popular Revolucionária, quando foi presa em 5 de maio de 1971, em São Paulo, por agentes sob o comando do delegado Fleury, que, por sua vez, estava acompanhado de um velho camponês de codinome Primo, com quem ela havia marcado um encontro em abriu.

Logo após ser sequestrada pelas forças repressivas, foi levada para o DEOPS, onde passou a ser interrogada, interrogatório no qual ressaltou que estava desligada da militância na VPR desde 10 de março do mesmo ano, preparando-se para deixar o país. Após prestar tais informações, foi conduzida para a sala de torturas, passando a ser torturada no pau de arara, sofrendo espancamentos, choques elétricos na cabeça, pés e mãos, essas torturas foram praticadas para que Inês cedesse dados sobre o endereço em que estava residindo na Guanabara (BRASIL, 2002).

Com o objetivo de evitar a continuidade das sevícias, Inês inventou e mencionou um encontro no dia seguinte em Cascadura, Rio de Janeiro. Planejava tentar suicídio quando chegasse ao local, tentativa que realizou quando se jogou em frente a um ônibus (BRASIL, 2002).

Devido aos ferimentos ocasionados pela tentativa de suicídio – queimaduras de terceiro grau, já que foi arrastada pelas rodas traseiras do ônibus e escoriações diversas – foi levada inicialmente para Hospital na Vila Militar, sendo posteriormente transferida para o Hospital Carlos Chagas e por último para o Hospital Central do Exército. Na noite em que ficou internada no HCE, teve o quarto invadido por agentes da repressão, que desejavam prosseguir com os interrogatórios, mas que foram impedidos pelo médico (BRASIL, 2002).

No dia seguinte foi retirada a força do hospital e jogada em caminhonete que estava estacionada no pátio do hospital, seguiu o caminho para a Casa da Morte, em Petrópolis, deitada

e com os olhos vendados. Sofrendo ameaças de que seria tratada com procedimentos do Esquadrão da Morte¹⁷. Ao chegar ao local foi conduzida a uma cama de campanha, com as roupas de cama marcadas com as iniciais do Centro de Informações do Exército, CIE (BRASIL, 2002).

A militante ficou acamada até o fim de maio em decorrência das fortes dores que sentia, foi interrogada nesse ínterim mas sem sofrer torturas físicas, nesse momento as questões giravam em torno de informações sobre onde estava o dinheiro da organização, quais os membros do “esquema médico” da VPR, o nome da pessoa que deveria buscar o médico em caso de feridos decorrentes da ação em que ocorreu o sequestro do embaixador suíço; quem seria Raquel; e onde esteve escondido Lamarca quando se encontrou com Douglas (BRASIL, 2002).

Ao fim do mês de maio o tratamento concedido a Inês mudou, tendo em vista que os interrogadores acreditavam que a militante estava mentindo, passou então a sofrer torturas físicas e psicológicas (BRASIL, 2002).

Aplicaram-lhe na veia alguma droga que denominaram como soro da verdade, o que fez com que Inês ficasse com o corpo entorpecido, mas mentalmente consciente, foi então arrastada pelos cabelos e estrangulada até perder a consciência, recebia pancadas no rosto e na cabeça, em madrugadas muito frias era obrigada a deitar-se nua no chão com cimento molhado, levava choques na cabeça, mãos, pés e seios (BRASIL, 2002).

Chegaram a dizer-lhe que não desejavam mais adquirir informações, as torturas estavam ocorrendo por sadismo, levando-se em consideração que Inês havia sido condenada à morte pelos torturadores, esta deveria ser o mais lenta e cruel possível, já que os agentes teriam ódio de “terroristas” (BRASIL, 2002). Esse momento retrata o poder soberano existente na relação de torturador e torturado, poder este por meio do qual o torturador pode fazer morrer quanto fazer viver (SEGATO, 2005).

Como saída humanitária para Inês, e citando novamente que ela estava condenada à morte, os agentes ofereceram o suicídio, que deveria ser público, ela deveria se jogar mais uma vez em frente a um ônibus. A militante concordou e foi levada para o local em que deveria morrer, todavia desistiu, passou a chorar copiosamente, o que chamou atenção das pessoas que passavam pelo local, os agentes a levaram à Casa da Morte novamente.

Como não cometeu suicídio foi severamente castigada, sendo novamente submetida a choques elétricos, banhos gelados na madrugada, “telefones”¹⁸, palmatória¹⁹, passou por

¹⁷ Surgiu no Rio de Janeiro entre 1950 e 1960. Tratava-se de grupos de policiais envolvidos com a criminalidade, que agiam em prol de interesses diversos, mantendo ligações diretas com o jogo do bicho, a prostituição e o tráfico de entorpecentes, responsáveis por torturas e assassinatos. Disponível em: <comissaoa Verdade.al.sp.gov.br/relatório/tomo-i/parte-i-cap2.html> acesso em: 07 fev. 2020.

¹⁸ Aplicação de pancada com as mãos em concha nos dois ouvidos da vítima ao mesmo tempo (BRASIL, 2014, p. 369).

humilhações de caráter sexual, tendo o ânus examinado, foi obrigada a segurar o pênis de um dos torturadores enquanto este se contorcía de maneira obscena, era forçada a lavar a cozinha totalmente nua enquanto sofria constrangimentos.

Foi estuprada em dois momentos por um dos torturadores que transitavam pela casa, de codinome Camarão (BRASIL, 2002).

Chama atenção como Inês pormenoriza em certa medida as torturas as quais sofreu, mas é bastante sucinta em relação a questão dos estupros, apontando somente o fato de que foi estuprada e quem o fez, não há nenhuma observação sobre, para dizer o mínimo, os infelizes episódios. É possível que ela não tenha se alongado sobre a violência sexual pelo grau de sofrimento e humilhação que lhe causou, o que transparece no processo que Inês abriu posteriormente contra o proprietário da Casa da Morte, em que relata que teve sua “honra de mulher ferida” (BRASIL, 2002, p. 79).

A violência sexual foi retratada pelo Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade como instrumento de poder e dominação, sobre os presos políticos, pensamento este que se entrecruza com as concepções de Rita Segato²⁰, que concebe o estupro como ato alegórico da definição schmittiana, em que há controle legislador sobre o território e sobre corpos que estão anexados a esse território. A violência sexual conjuga a dominação física e moral sobre o outro (SEGATO, 2005).

Segato elaborou tais interpretações acerca do estupro a partir dos casos de feminicídios que resultaram na morte de cerca de 300 mulheres nos últimos 11 anos na Ciudad de Juarez, fronteira norte do México. Diferentemente do que pensavam os investigadores locais, que os referidos crimes estavam sendo praticados por traficantes, ela se voltou para o lado rico da cidade, esses estupradores buscariam por meio dessas violências sexuais adentrar espécie de confraria viril, selar um pacto e demonstrar poder por meio dos corpos violados de mulheres comuns, em sua maioria trabalhadoras ou estudantes (SEGATO, 2005).

Esse comportamento de grupo foi incentivado nos cárceres da repressão, como modo de homens se mostrarem agressivos e viris o suficiente para fazer parte daquela espécie de sociedade de homens que se formava dentre os agentes da ditadura civil-militar.

O agente de codinome Camarão que estuproou Inês naquele momento estava protegido pelo Estado e o fez porque poderia e até mesmo deveria fazê-lo, os estupros configuraram-se

¹⁹ Haste de madeira com perfurações na extremidade, que é arredonda. Usada na região da omoplata, na planta dos pés, palmas das mãos e nas nádegas (BRASIL, 2014, p. 368).

²⁰ Natural da Argentina, antropóloga, lecionou na Universidade de Brasília por mais de 30 anos, tendo se aposentado em 2017. A produção acadêmica de Segato tem contribuições reconhecidas internacionalmente para os estudos sobre violência contra mulheres e direitos humanos, havendo colaborado para organizações da sociedade civil no México, El Salvador, Nicarágua e Honduras sobre o tema. Em 2018 recebeu o título de Professora Emérita da UnB. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/39-homenagem/2609-pronto-unb-outorga-titulo-de-professora-emerita-a-rita-segato>> acesso em: 07 fev 2020.

como seu enunciado, que, ocorreram em dois eixos: vertical, em que o agente falou a vítima e tal fala foi moralizadora e punitiva, já que Inês estava sendo tratada como a que deveria ser contida e impelida a seguir qualquer tipo de ordem; e horizontal, nesse momento o agente se comunicou com os pares, que poderiam estar na cena no momento em que o estupro ocorreu ou apenas no plano mental do agente da repressão, possivelmente procurando aprovação dos mesmos e demonstrando que merece lugar naquela espécie de sociedade (SEGATO, 2005).

Os agentes decidiram que Inês deveria tornar-se agente infiltrada da repressão na VPR, ao que ela fingiu aceitar para sair do estado de incomunicabilidade em que estava, nas palavras da própria militante, ela se descreve como alguém que estava reduzida a um verme, o tratamento dispensado a ela era o mais cruel possível.

Passou a ser melhor alimentada, recebeu roupas limpas e um par de óculos, foi forçada a assinar papéis com declarações ditadas pelos torturadores sobre a situação em que se encontrava desde o momento em que foi presa, a pressionaram para que assinasse espécie de contrato de trabalho em que ela deveria se comprometer em auxiliar os órgãos repressivos em troca de liberdade e dinheiro e caso não cumprisse o acordo, a irmã, Lúcia Etienne Romeu, seria presa.

Inês foi obrigada a gravar um tape em que declarava ser agente remunerada pelo governo, e foi filmada contando cruzeiros enquanto lia o contrato de trabalho, na gravação ela foi impelida a dizer que foi bem tratada pelos carcereiros.

Pontua que tentou suicídio em quatro momentos enquanto estava sequestrada na Casa da Morte, uma das ocasiões já foi relatada, ou seja, o momento em que se jogou em frente a um ônibus, mas também chegou a ingerir vidro triturado de ampolas de injeção e cortou os pulsos por duas vezes. Assinala que não possuía tendências suicidas, que tais tentativas refletem o estado de saúde que detinha enquanto estava sequestrada.

Foi estabelecido que Inês seria encaminhada para Belo Horizonte, onde residia a família da mesma e em seguida tentaria infiltrar-se na VPR, relatando tanto para família quanto para os membros da organização que teria sido presa pelo delegado Fleury em São Paulo e tentado suicídio no Rio de Janeiro, internada no Hospital Central do Exército, teria ligado para amiga que seria a responsável por retirá-la do hospital e que a manteve escondida em sítio até que se recuperasse dos ferimentos causados pela tentativa de suicídio.

Inês ainda que tenha sobrevivido a todos os abusos perpetrados contra ela, sofreu condição de morte de sua pessoa jurídica desde o momento em que foi levado ao DEOPS, local em que passou por torturas, ao período em que foi mantida confinada na Casa da Morte, pois foi excluída da proteção da lei e punida fora de um sistema penal normal (ARENDDT, 1989, p. 498).

O incitamento para que Inês cometesse suicídio caracteriza morte de sua pessoa moral, tendo em vista que a militante seria privada de ser reconhecida como mais uma dentre aqueles

que foram submetidos a tortura, se Inês fosse ao suicídio de maneira pública conforme a repressão desejava, seria como retirar dela o desfecho da própria vida e haveria somente informações nebulosas sobre a morte da militante e as informações sobre o que ocorreu na Casa da Morte seriam escassas, visto que Inês foi a única sobrevivente do centro clandestino de tortura e morte (ARENDR, 1989, pp. 502 a 503).

Em última instância a militante foi destituída de sua individualidade, relatando em trechos do depoimento ao O Pasquim, que passou a fazer tudo o que os torturadores ordenavam, já sem possibilidades de oferecer resistência (ARENDR, 1989, p. 506).

Inês foi deixada em frente à casa da irmã no mesmo ano em que foi sequestrada em 1971, havendo passado na Casa da Morte de maio a agosto, pesando 20 kg a menos e com a saúde mental extremamente abalada. Posteriormente foi conduzida a Clínica Pinel e depois foi transferida para a Casa de Saúde Santa Maria.

A militante permaneceu em Belo Horizonte até novembro de 1971, quando foi presa, dessa vez por meio de mandato, permanecendo encarcerada até 1979, quando saiu da prisão devido a Lei de Anistia.

Em 1981 foi noticiado no jornal Folha de São Paulo que Inês havia conseguido localizar a Casa da Morte em Petrópolis, por meio de número de telefone que foi mencionado por um de seus torturadores. A militante passou a investigar sobre a casa de tortura clandestina quando saiu da prisão, consultou números da lista telefônica de Petrópolis até encontrar o endereço.

A residência pertencia a Mário Ladders, que confirmou ter cedido a casa para grupo paramilitar a pedido do ex-interventor de Petrópolis, Fernando Aires da Mota. Mário Ladders não participava das torturas perpetradas na residência, mas presenciou Inês machucada e em péssimas condições de saúde.

2.3 Soledad Barret: a impossibilidade do luto

Grande parte das informações do texto a seguir constam na entrevista concedida por Ñasaindy para a Revista Brasileiros em 29 de julho de 2013, a entrevista encontra-se anexada ao requerimento de anistia (BRASIL, 2013 pp. 64 a 73).

A reportagem foi utilizada levando-se em consideração que na entrevista, Ñasaindy relata as dificuldades em relação ao desaparecimento da mãe e a falta de esclarecimentos sobre o fato por parte do Estado brasileiro.

Ñasaindy ficou em Cuba sendo criada por Damaris Lucena, quando Soledad voltou ao Brasil e passou a militar na VPR em Recife.

Após a Lei de Anistia de 1979 Damaris retornou com os filhos ao Brasil, Ariston, Adilson, Telma, Denise e dentre os filhos incluiu também Ñasaindy, tendo em vista que a última, conforme apresentado no processo de anistia, considerou Damaris como mãe.

Damaris passou a trabalhar como empregada doméstica, os outros filhos trabalhavam de dia e estudavam a noite, Ñasaindy vendia balas em galeria na região da Avenida Paulista, parou de estudar na oitava série por ter entrado clandestinamente no Brasil, não portanto por tanto, carteira de identidade, não sendo possível retirar tal documento, não foi mais viável realizar matrícula na escola.

Paulo irmão de José Maria, passou a pesquisar acerca da trajetória do último em 1970, conseguindo maiores informações em 1979, com o retorno dos exilados políticos. O escritor Paulo Conserva publicou artigo no jornal A União, de João Pessoa, relatando que José Maria foi assassinado nas dependências do DOI-CODI em São Paulo. Ao procurar Paulo Conserva soube que José Maria havia deixado uma filha em Havana.

Em 1982 quando se organizava para buscar Ñasaindy em Cuba, soube que ela se encontrava em São Paulo e conseguiu chegar até a sobrinha por meio de Ariston, filho de Damaris. O tio e a sobrinha mantiveram relação bastante afetuosa ao longo dos anos. Quando Ñasaindy estava com 27 anos, Paulo contratou advogado para que a situação da sobrinha fosse regularizada, ao que ela relata que se seguiram momentos de temores, temia que a mãe – nesse caso Ñasaindy está se referindo a Damaris – sofresse algum tipo de penalidade.

Ñasaindy foi a requerente do processo de anistia de Soledad em 2013, estava com quatro anos quando a mãe foi morta por agentes dos órgãos repressivos.

Soledad militava na VPR em Recife quando foi sequestrada em meados de 1973, por cinco homens fortemente armados, em trajes civis, no momento em que abordada, a militante negociava peças de roupas que costurava e bordava em uma loja, para a qual foi levada pelo próprio Cabo Anselmo, estava acompanhada de outra militante, Pauline Reichstul. Ambas foram forçadas a sair da loja já machucadas devido às coronhadas de fuzil que receberam.

A dona do estabelecimento no qual Soledad e Pauline foram sequestradas, Sonja Maria Cavalcanti de França Lócio, denunciou o sequestro de ambas, mas a última e o marido foram aconselhados a esquecerem o assunto.

No dia seguinte foi noticiado no jornal de Pernambuco sobre tiroteio em chácara de Paulista, cidade próxima a Recife. O tiroteio teria ocorrido após confronto entre militantes e policiais, em razão de congresso realizado por membros da VPR, Soledad encontrava-se entre os militantes mortos nesse evento que ficou conhecido como massacre da Chácara São Bento.

Mércia Albuquerque Ferreira, advogada de um dos mortos na chácara, conseguiu licença a época para entrar no necrotério em que se encontrava os corpos, relatou que os cadáveres

estavam inchados, com cortes e marcas de pancadas, em um barril encontrava-se o corpo de Soledad, nua e com muito sangue nas pernas, no fundo do mesmo barril, havia um feto. A advogada contestou a história oficial já em 1973, e em 1995 gravou vídeo na presença do secretário de Segurança de Pernambuco, em que apresentou a mesma versão dos fatos (BRASIL, 2013, p. 71). Conforme se lê na descrição de como os corpos foram encontrados, torna-se bastante difícil acreditar que foram mortos em tiroteio, outra versão possível para as mortes, seria a de que todos os militantes além de Soledad, Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva e Pauline Reichstul, foram mortos sob torturas em locais diferentes e os corpos foram em sequência levados para a chácara, local em que se forjou tiroteio.

Durante vários anos a família de Soledad solicitou ao governo brasileiro que se realizasse traslado do corpo, nunca receberam qualquer tipo de resposta.

Em 1990 Ñasaindy esteve com um grupo de pesquisa no Cemitério de Santo Amaro a procura dos restos mortais de Soledad, fez consulta ao livro dos indigentes e encontrou o nome da mãe registrado, porém a quadra registrada como local em que estava o corpo já não existia. Conversaram com o coveiro que estava lá na época em que os corpos chegaram no referido cemitério, este igualmente afirmou que os corpos foram jogados em vala de indigentes.

Ñasaindy relatou que assimilou a morte dos pais quando estava um pouco mais velha, mas ainda assim ficou marcada pela ausência dos pais, principalmente, pela falta da mãe, em suas palavras citou em entrevista para revista Brasileiros: “O que me faz sentir muito mal é o abandono. A Soledad fez uma escolha. Naquele momento a luta era muito importante para ela. Para mim era difícil juntar a imagem de deusa que me passavam dela com o abandono” (BRASIL, 2013, p. 71).

Nesse caso pesa a questão das interpretações do que deveria simbolizar a maternidade para uma mulher, ou seja, uma prioridade, e o fato de que sobre Soledad tudo se resume a vestígios, não se sabe o que ocorreu com ela no espaço de tempo em que foi vista sendo sequestrada e o momento em que o corpo foi visto no necrotério. Ñasaindy não pode ter uma simples conversa com a mãe para compreender das coisas mais simples as mais complexas sobre a mesma e vice-versa.

Ñasaindy citou no processo a necessidade da existência ao menos de algo que simbolize o fim da vida da mãe: “Até hoje não tivemos conhecimento se existe ou não uma Certidão de Óbito lavrada em cartório do Estado de Pernambuco. Temos seguido pistas, mas sem resultado até o momento. Eu, como filha, gostaria de ao menos ter esse documento, que fecha, com desgosto, o quadro trágico de sua morte” (p. 72).

O estado repressivo tirou de Soledad a condição de mártir e o desfecho da própria vida, não existiu um corpo para ser velado, não existe um túmulo para ser pranteado, existem lacunas com as quais a família e principalmente Ñasaindy precisarão conviver ao longo da vida.

Soledad em sua condição de desaparecida política foi utilitária para que a repressão a utilizasse como um dos exemplos tanto para os familiares quanto para a população em geral, com o objetivo de provocar nestes severos temores (COELHO, 2010).

Igualmente Soledad serviu como enunciado para aqueles que estavam encarcerados, estes por meio da execução e desaparecimento da militante, poderiam compreender que estavam em contexto de assassinato e impunidade (COELHO, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tortura foi utilizada como instrumento de poder e controle da população, dessa forma as mulheres militantes foram utilizadas como corpos em que se inscreveu e se demonstrou o domínio dos que tomaram o poder no pós golpe de 1964.

O domínio militar foi intenso de tal maneira que foi capaz de redefinir identidades sociais, principalmente de mulheres militantes, que em decorrência da atuação política foram encaradas como desviantes (COLLING, 1997) e se eram desviantes deveriam ser contidas e punidas.

As atuações políticas das mulheres apresentadas na pesquisa ocorreram no caso de Lenira e Soledad, devido ao ambiente familiar propício. No caso de Inês, possivelmente a atuação política se deu por interesse próprio, ela se reconhecia como uma estudante pertencente a classe trabalhadora.

Ressaltar que as mulheres atuaram e atuam politicamente é importante para que reconheçamos e possamos exortar as dificuldades que essas mulheres passam nos meios políticos, seja de esquerda ou de direita, ainda extremamente dominados por homens.

O caso de Lenira representou como os governos ditatoriais dirigiam uma fúria especial para as mães militantes, tendo em vista que pretendiam deter o pensamento de esquerda já no nascedouro, e era assim que as mães que exerciam ativismos político eram percebidas, ainda mais quando relembramos a sentença de destituição de pátrio poder movida contra Lenira, em que se ressalta a necessidade de destituição levando em conta que uma mãe marxista criaria um filho igualmente para ser marxista (BRASIL, 2006).

As sevícias praticadas contra Inês retratam a forma como a tortura era usada para punir as militantes, antes mesmo de que fossem consideradas culpadas por alguma instância jurídica e a tentativa de fazer com que o outro se tornasse agente do aniquilamento de seu próprio mundo.

Ñasaindy faz com que possamos perceber a dimensão do sofrimento dos familiares de desaparecidos políticos, demonstrando a importância de se conhecer as reais circunstâncias da morte de familiares, por mais que essas sejam aparentemente bastante dolorosas, assim como também ressalta a necessidade da vivência dos rituais de luto. Ela também explicitou por meio de sua vivência, como a trajetória dos filhos de presos políticos foram igualmente afetadas pelos governos repressivos, essas crianças foram privadas em alguns momentos de possuírem documentos básicos de identidade, o que, por sua vez, fez com que não pudessem estudar em certos momentos da vida.

O golpe de 1964 ensejou a desigualdade de poderes extrema entre situação e oposição política, essa diferença de poderes permitiu o controle subestatal, baseado em grupos e redes de

sustentação e aliança. Essas redes de lealdade passaram a demonstrar poder por meio do sufocamento das esquerdas (SEGATO, 2005).

Esses domínios que Rita Segato (2005) denomina como totalitarismo de província se caracterizam pelo fechamento da sociedade por meio de retórica nacionalista que impede que a população em geral possa ter outras percepções da realidade e ao mesmo tempo beneficia aqueles que controlam o território (SEGATO, 2005).

A doutrina de segurança nacional de certa forma foi uma estratégia de prevenção contra os ideais de esquerda que são considerados como ideologia estrangeira por parte dos militares, destinada a destruir uma espécie de civilização cristã de acordo com a crença dos mesmos (REIS, 2000).

O discurso do nós predomina e se faz trincheira. Nesse patriotismo pseudo coletivo as primeiras vítimas são as chamadas minorias, dentre elas as mulheres, que são sacrificados pelo bem de uma suposta unidade (SEGATO, 2005).

Pesquisas como essa são importantes em tempos de revisionismos históricos descabidos que estamos vivenciando desde o golpe contra a presidente Dilma Rousseff em 2016 e que se intensificou após o início do governo Bolsonaro em 2019.

Diante da homenagem a torturadores os ex-presos políticos e os familiares dos desaparecidos devem sentir que estão sendo punidos novamente, é como invadir as casas dessas pessoas mais uma vez, sequestrá-las e de novo massacrar seus corpos e suas mentes.

A prática de tortura precisará ser discutida enquanto for utilizada contra os indivíduos, ainda mais no Brasil, em que é usada desde sempre contra as minorias sociais e também nos cárceres desse país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARAÚJO, Ñasaindy Barret. **Requerimento de anistia**, Brasília, 2013.

BAGGIO, Roberta Camineiro. **Por que reparar? A Comissão de Anistia e as estratégias de potencialização do eixo público da razão na construção de uma dimensão político-moral das reparações no Brasil**. Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 64, pp. 281-300, jan./jun. 2014.

BRASIL. **Brasil Nunca Mais: um relato para a história**. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985

COELHO, Myrna. **Sofrimento e tortura: Brasil (1964-1979) e Argentina (1976-1983)**. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2010.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Editora Rosa dos Tempos, 1997.

Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília, CNV. 2014. Volume I.

Comissão da Verdade, São Paulo. Disponível em:

<comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatório/tomo-i/parte-i-cap2.html>

ETIENNE, Inês. **Requerimento de anistia**, Brasília, 2006.

FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão**. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/altino-rodrigues-dantas-junior>

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/união-nacional-dos-estudantes-une>

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <fgv.br/cpdoc/acervo/dicionario/verbete-tematico/leisuplicy>

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/Lamarca-carlos>

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <cpdoc.fgv.br/producao/dossies/jango/biografias/jose_anselmo_dos_santos>

JOFFILY, Mariana Rangel. **No centro da engrenagem. Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MACHADO, Lenira. Requerimento de anistia, Brasília, 2006.

MELO, Demian Bezerra. **Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente.** Revista Espaço Plural, nº 27, 2012.

Memórias da Ditadura. Disponível em: <memoriasdaditadura.org.br/memorial/jose-maria-ferreira-araujo/>

Memórias da Ditadura. Disponível em: <memoriasdaditadura.org.br/memorial/antonio-raymundo-lucena/>

Memórias da Ditadura. Disponível em: <memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/delegado-fleury>

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (orgs.). **Direito à memória e a verdade: Luta, substantivo feminino.** São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução.** In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília. O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização em 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **Mulheres na historiografia brasileira: práticas de silêncio e de inclusão diferenciada.** In TAROUQUELLA (org.). Brasília-DF. Ex Libris, 2010.

PLANALTO. Governo Federal. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>

PLANALTO. Governo Federal. Disponível em:
<planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007/2010/lei/112318.htm>

RAGO, Margareth. **Descobrimo historicamente o gênero.** Cadernos Pagu, 1998.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura, anistia e reconciliação.** Estud. hist. (Rio J.) [online]. 2010, vol.23, n.45, pp.171-186.

REIS, Daneil Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RIDENTI, Marcelo. **A constelação da esquerda brasileira nos anos 1960 e 1970.** In RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução. 2ª Ed. São Paulo: UNESP, 2010.

RIDENTI, Marcelo. **As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo.** Tempo social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 2(2); 113-128, 2º sem, 1990.

RODEGHERO, Carla Simone. 10. **A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje.** In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.-1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SEGATO, Rita Laura. **Território, soberania e crimes de Segundo Estado: a escrita nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez.** Estudos Feministas, Florianópolis, maio-agosto/2005.

SILVA, Natanael de Freitas. **Ditadura civil-militar no Brasil e a ordem de gênero: masculinidades e feminilidades vigiadas.** Mosaico – Volume 7 – Número 11 – 2016.

UnB. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/39-homenagem/2609-pronto-unb-outorga-titulo-de-professora-emerita-a-rita-segato>>

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.